

Transmissora
Matogrossense de
Energia S.A. - TME

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a



administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		69.376	74.481
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.223	16.156
Títulos e valores mobiliários	6	8.319	9.711
Contas a receber ativo financeiro	7	48.676	44.338
Outros ativos		4.158	4.276
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		322.304	288.545
Contas a receber ativo financeiro	7	322.114	288.375
Depósitos judiciais		190	170
TOTAL DO ATIVO		391.680	363.026
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		43.360	27.066
Empréstimos e financiamentos	8	13.279	12.865
Fornecedores	10	10.309	726
Partes relacionadas - Dividendos	12.2	15.784	9.836
Encargos regulatórios		1.353	1.140
Outros passivos		2.635	2.499
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		152.743	159.481
Empréstimos e financiamentos	8	121.727	133.328
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	30.379	25.504
Outros passivos		637	649
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		195.577	176.479
Capital social	12.1	97.794	97.794
Reservas de lucros		97.783	78.685
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		391.680	363.026

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	75.247	49.988
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(4.485)	(4.784)
Custo de infraestrutura		(25.881)	(414)
		<u>(30.366)</u>	<u>(5.198)</u>
LUCRO BRUTO		<u>44.881</u>	<u>44.790</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(616)	(414)
Pessoal		(864)	(736)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(489)	(595)
		<u>(1.969)</u>	<u>(1.745)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>42.912</u>	<u>43.045</u>
Despesas financeiras	14	(13.481)	(13.463)
Receitas financeiras	14	2.765	2.494
		<u>(10.716)</u>	<u>(10.969)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>32.196</u>	<u>32.076</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(2.275)	(1.150)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(4.875)	(15.708)
		<u>(7.150)</u>	<u>(16.858)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>25.046</u>	<u>15.218</u>
Lucro líquido por ação			
básico e diluído - R\$		<u>0.25611</u>	<u>0.15561</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>97.794</u>	<u>97.794</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.046	15.218
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>25.046</u>	<u>15.218</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014		97.794	4.353	-	61.584	1.143	-	164.874
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.218	15.218
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	12.2	-	762	-	-	-	(762)	-
Reserva de lucros	12.2	-	-	-	8.143	-	(8.143)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.2	-	-	-	-	-	(3.613)	(3.613)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	2.700	-	-	(2.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.794	5.115	2.700	69.727	1.143	-	176.479
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.046	25.046
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	12.2	-	1.252	-	-	-	(1.252)	-
Reserva de lucros	12.2	-	-	-	15.169	-	(15.169)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.2	-	-	-	-	-	(5.948)	(5.948)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	2.677	-	-	(2.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		97.794	6.367	5.377	84.896	1.143	-	195.577

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis .

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
		(reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.196	32.076
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	13.268	13.340
Receita de aplicações financeiras	(1.132)	(1.133)
Descontos financeiros obtidos	(2)	(69)
	44.330	44.214
Aumento no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(37.386)	(11.958)
Outros ativos	(593)	(1.427)
	(37.979)	(13.385)
Aumento no passivo		
Fornecedores	9.585	179
Encargos regulatórios	115	(105)
Outros passivos	(2.305)	961
	7.395	1.035
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.746	31.864
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	2.524	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	2.524	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(3.125)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(24.203)	(19.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(24.203)	(22.195)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(7.933)	9.669
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	16.156	6.487
Saldo no final do exercício	8.223	16.156
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(7.933)	9.669
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	843	121
Pagamento de imposto de renda	318	215

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações Gerais

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, e está previsto para entrar em operação comercial em junho de 2017.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 2.098 de 28 de junho de 2016 é de R\$ 39.199 para o ciclo de 2016/2017. Para o ciclo de 2015/2016 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 38.402 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 03 de fevereiro de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 *Imposto sobre a receita*

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual..

3.5.3 *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 *Reserva Global de Reversão*

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 *Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.8 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.9.1 *Receita de desenvolvimento de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.9.2 *Receita de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.9.3 *Receita de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.9.4 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019		A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	6	10
Certificados de depósitos bancários	8.217	16.146
	8.223	16.156

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 94,95% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado a 91,57% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 8.319 (R\$ 9.711 em 31 de dezembro de 2015), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e 98,00% em 31 de dezembro de 2015.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do contas a receber ativo financeiro

Saldo em 31 de dezembro de 2014	323.262
Receita de operação e manutenção (nota 13)	6.713
Remuneração do ativo de concessão (nota 13)	48.591
Receita de infra-estrutura (nota 13)	414
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(46.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	332.713
Receita de operação e manutenção (nota 13)	6.546
Remuneração do ativo de concessão (nota 13)	48.731
Receita de infra-estrutura (nota 13)	25.881
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(43.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	370.790
Contas a receber ativo financeiro - circulante	48.676
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	322.114
	370.790

8 Empréstimos e financiamentos

- a. **O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma**

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/2029	Juros 10,00%	587	6.154	-	6.741	6.392	68.718	-	68.718	74.872
BNDES (II)	15/05/2026	TJLP + 3,60%	243	6.346	(51)	6.538	6.473	53.433	(424)	53.009	58.456
			830	12.500	(51)	13.279	12.865	122.151	(424)	121.727	133.328

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a., e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, os quais a Administração da Companhia mantém o acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2016 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

- b. Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, incluindo os encargos, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos**

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Banco do Brasil - FCO	6.154	6.154	6.154	6.154	6.154	21.704	52.474
BNDES	6.346	6.346	6.346	6.346	6.346	37.947	69.677
BNDES - custo de captação	(51)	(51)	(51)	(51)	(51)	(169)	(424)
	<u>12.449</u>	<u>12.449</u>	<u>12.449</u>	<u>12.449</u>	<u>12.449</u>	<u>59.482</u>	<u>121.727</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. A Companhia é tributada pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 8 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	111.758	111.758	95.653	95.653
Imposto diferido - base de cálculo (1)	71.119	111.758	58.224	95.653
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	40.639	-	37.429	-
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	17.781	10.058	14.556	8.609
Total tributo alíquota incentivada	2.540	-	2.339	-
Total IRPJ e CSLL diferido	20.321	10.058	16.895	8.609
		27.839		23.165
		2.540		2.339
		30.379		25.504

- (1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:
- I calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;
 - II Calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido			Lucro Real		Lucro Real	
	2013	Adições	2014	Adições	2015	Adições	2016
Imposto de renda diferido	6.068	293	6.361	10.534	16.895	3.425	20.320
Contribuição social diferida	3.277	158	3.435	5.174	8.609	1.450	10.059
	9.345	451	9.796	15.708	25.504	4.875	30.379

10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia possui respectivamente o saldo de R\$ 10.309 e R\$ 726 em fornecedores. Do saldo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 10.175 refere-se a saldo em aberto de fornecedores de obra.

11 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217. A Companhia possui também um processo trabalhista e outro cível no montante de R\$ 142 e R\$ 85, respectivamente, ambos classificados como possível de perda.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 97.794, composto por 97.794 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	44.985.051	46,00	44.985.051	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	47.918.859	49,00	47.918.859	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	4.889.680	5,00	4.889.680	5,00
Total das ações	97.793.590	100,00	97.793.590	100,00

12.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Destinação do resultado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	25.046	15.218
Constituição de reserva legal (5%)	(1.252)	(762)
Subtotal	23.794	14.456
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(5.948)	(3.613)
Reserva de lucros	(15.169)	(8.143)
Reserva de incentivos fiscais	(2.677)	(2.700)
Saldo de lucros acumulados	-	-

13 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta	81.158	55.718
Receita de transmissão de energia (nota 7)	6.546	6.713
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	48.731	48.591
Receita de infra-estrutura (nota 7)	25.881	414
Deduções da receita operacional	(5.911)	(5.730)
Programa de Integração Social - PIS	(747)	(731)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.442)	(3.366)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.156)	(1.096)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(388)	(368)
Taxa de fiscalização	(178)	(169)
Receita operacional líquida	75.247	49.988

14 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras	2.765	2.494
Receita de aplicações financeiras	2.665	2.355
Outros	100	139
Despesas financeiras	(13.481)	(13.463)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(12.124)	(12.883)
Outros	(1.357)	(580)
Total líquido	(10.716)	(10.969)

15 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	32.196	32.196	32.076	32.076
(+) Adições/Exclusões	(17.449)	(17.449)	(16.344)	(16.344)
Compensação de prejuízo fiscal - 30%	-	-	(2.267)	(2.267)
Base de cálculo	14.747	14.747	13.465	13.465
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(3.663)	(1.327)	(3.342)	(1.212)
Lei Rouanet (-) 1%	22	-	-	-
Reversão de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	705	256
CSLL s/ Recebimentos de Faturamento	-	7	-	-
Art. 69 Lei 12.973	8	-	(189)	(68)
Incentivo fiscal SUDAM	2.678	-	2.700	-
Total dos tributos correntes	(955)	(1.320)	(126)	(1.024)

16 Partes relacionadas

16.1 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a remuneração da alta administração foi de R\$ 494 e R\$ 595, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

16.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, totalizando R\$ 15.784.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

17.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas conforme abaixo:

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

17.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

17.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

17.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

17.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

17.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

17.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJPL.

17.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

* * *

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Administrativo Financeiro

Raul Fernando Ferreira
Diretor Técnico

Lucilene Silva
Contadora - CRC 289.421-O-1-S-MT